

Campos Novos
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e aos diretores da
Campos Novos Energia S.A.
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Campos Novos Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Campos Novos Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Divulgações de transações com partes relacionadas - Venda de energia elétrica

Veja a Nota Explicativa no 10 às demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em função dos contratos de venda de energia elétrica serem celebrados com partes relacionadas, prática essa comum nesse mercado, as operações com essas empresas relacionadas podem ser realizadas em condições e termos diferentes desse mercado, especificamente quanto a preços praticados e a quantidade de energia. As divulgações de que as transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes são feitas apenas se esses termos puderem ser efetivamente comprovados. Devido a esse fato, bem como à relevância dos valores envolvidos, consideramos a divulgação de transações com partes relacionadas um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para divulgação das operações com partes relacionadas. Obtivemos a composição analítica das operações de venda de energia elétrica e confrontamos, com base em amostragem, as informações constantes nos contratos de venda de energia elétrica e faturas emitidas com os saldos registrados na contabilidade. Avaliamos se os preços de energia elétrica praticados com partes relacionadas estão de acordo com as condições de mercado comparando os referidos preços de energia elétrica praticados nos contratos com partes relacionadas no Ambiente de Contratação Livre (ACL) com preços de energia elétrica praticados em Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR). Analisamos, também, a adequação das divulgações das transações com partes relacionadas incluídas na Nota Explicativa nº 10.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a divulgação das transações com partes relacionadas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. No decorrer da nossa auditoria, não identificamos ajustes que tenham afetado a divulgação das transações com partes relacionadas.</p>

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 7 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC SC-000190/F-9

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Claudio Henrique Damasceno Reis'.

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Campos Novos Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31.12.2018	31.12.2017	Passivo	Notas	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e equivalentes de caixa	8	66.519	48.695	Fornecedores	13	11.975	16.577
Contas a receber de partes relacionadas	10	120.609	109.226	Debêntures	14	137.225	140.090
Impostos e contribuições a recuperar		2.426	12.388	Salários, provisões e contribuições sociais		564	585
Despesas pagas antecipadamente	11	12.483	12.500	Imposto de renda e contribuição social	15a	81.275	76.796
Outros créditos		6.288	34	Impostos a recolher	15b	8.253	5.795
Total do ativo circulante		208.325	182.843	Uso do bem público (UBP)		1.738	1.522
Aplicações Financeiras vinculadas	9	6.550	6.177	Encargos setoriais		10.812	6.170
Despesas pagas antecipadamente	11	6.148	17.940	Dividendos	17c	133.428	43.478
Depósitos judiciais	16	73.147	68.835	Total do passivo circulante		385.270	291.013
Imposto de renda e contribuição social diferidos		26.468	24.905	Debêntures	14	383.358	510.872
Outros créditos		6.824	13.785	Uso do bem público (UBP)		26.936	25.115
Investimentos		85	85	Encargos setoriais		8.278	19.031
Imobilizado	12	940.490	997.555	Provisões para litígios	16	78.381	74.831
Intangível		9.554	10.156	Total do passivo não circulante		496.953	629.849
Total do ativo não circulante		1.069.266	1.139.438	Patrimônio Líquido	17		
				Capital social		200.787	200.787
				Reservas de lucros		71.535	200.632
				Dividendos adicionais propostos		123.046	-
				Total do patrimônio líquido		395.368	401.419
Total do ativo		1.277.591	1.322.281	Total do passivo e patrimônio líquido		1.277.591	1.322.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Campos Novos Energia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	31.12.2018	31.12.2017
Receita operacional líquida	18	599.930	588.341
Custos dos serviços de energia elétrica	19	<u>(229.920)</u>	<u>(276.766)</u>
Resultado bruto		<u>370.010</u>	<u>311.575</u>
Despesas operacionais			
Pessoal		(4.322)	(4.090)
Material		(838)	(814)
Serviços de terceiros		(10.747)	(10.558)
Seguros		(576)	(596)
Outras despesas		<u>(3.796)</u>	<u>(44.533)</u>
		<u>(20.279)</u>	<u>(60.591)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>349.731</u>	<u>250.984</u>
Receitas financeiras		9.293	41.160
Despesas financeiras		(52.775)	(31.850)
Variações cambiais, líquidas		<u>-</u>	<u>714</u>
Resultado financeiro e cambial, líquido	20	<u>(43.482)</u>	<u>10.024</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>306.249</u>	<u>261.008</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	(101.913)	(100.779)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21	<u>1.563</u>	<u>13.683</u>
Resultado do exercício		<u><u>205.899</u></u>	<u><u>173.912</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Campos Novos Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31.12.2018	31.12.2017
Resultado do exercício	205.899	173.912
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>205.899</u>	<u>173.912</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Campos Novos Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	388.787	70.198	736.259	-	1.195.244
Redução de capital	(188.000)	-	-	-	(188.000)
Redução de reserva legal	-	(30.041)	30.041	-	-
Redução de reserva de lucros	-	-	(736.259)	-	(736.259)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	173.912	173.912
Destinações:					
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(43.478)	(43.478)
Reserva de retenção - Lucros à disposição da assembleia	-	-	130.434	(130.434)	-
Saldos em 31 de dezembro 2017	<u>200.787</u>	<u>40.157</u>	<u>160.475</u>	<u>-</u>	<u>401.419</u>
Distribuição de reservas de lucros	-	-	(160.475)	-	(160.475)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	205.899	205.899
Destinações:					
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(51.475)	(51.475)
Dividendos adicionais propostos - Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	123.046	(123.046)
Reserva de retenção - Lucros à disposição da assembleia	-	-	31.378	(31.378)	-
Saldos em 31 de dezembro 2018	<u>200.787</u>	<u>40.157</u>	<u>31.378</u>	<u>123.046</u>	<u>395.368</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Campos Novos Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31.12.2018	31.12.2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	306.249	261.008
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	58.079	58.323
Reclassificação de imobilizado	19	-
Juros e variação monetária com empréstimos, financiamentos e debêntures	41.134	26.862
Custos de captação apropriadas ao resultado	487	-
Juros e variação monetária com UBP	4.908	1.669
Apropriação de despesas antecipadas	11.960	11.960
Atualização da provisão para contingências	3.550	41.814
Atualização de depósitos judiciais	(4.312)	(10.316)
Atualização SELIC PeD	557	777
	<u>422.631</u>	<u>392.097</u>
Redução (aumento) nos ativos e passivos:		
Contas a receber de partes relacionadas	(11.383)	(5.534)
Despesas pagas antecipadamente	(151)	8
Depósitos judiciais	-	(1)
Outros ativos	707	(2.516)
Fornecedores	(4.602)	14.606
Salários, provisões e contribuições sociais	(21)	10
Impostos e contribuições sociais a recolher e a recuperar	2.064	(9.711)
Encargos setoriais	(6.668)	452
Outras contas a pagar	(15)	-
	<u>402.562</u>	<u>389.411</u>
Caixa gerado pelas operações		
Juros pagos	(44.000)	(14.994)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(87.078)	(34.097)
	<u>271.484</u>	<u>340.320</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(431)	(1.236)
	<u>(431)</u>	<u>(1.236)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(128.000)	(240.181)
Aplicações financeiras vinculadas	(373)	33.297
Captação de debêntures	-	640.426
Gastos com emissão de debêntures	-	(1.730)
Pagamento de UBP	(2.856)	(2.783)
Redução de capital	-	(188.000)
Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios	(78.522)	(84.115)
Pagamento de lucros de exercícios anteriores	(43.478)	(736.259)
	<u>(253.229)</u>	<u>(579.345)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	17.824	(240.261)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>48.695</u>	<u>288.956</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>66.519</u>	<u>48.695</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

a. A Companhia

A Campos Novos Energia S.A. (doravante referida também como "ENERCAN" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objetivo e principal atividade operacional a construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica Campos Novos ("UHE Campos Novos"), localizada no rio Canoas entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 43/2000, firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia tem sede em Campos Novos - SC, tendo sido constituída em 21 de julho de 1999.

b. UHE Campos Novos

A construção da Usina, com potência instalada de 880 MW através da implantação de três turbinas, teve seu início no primeiro semestre de 2001, e o início das operações estava previsto inicialmente para o mês de janeiro de 2006. Todavia, devido a um sinistro no sistema de fechamento do túnel de desvio, o início da geração comercial de energia elétrica pela 1ª Unidade Geradora ("UG") ocorreu em 3 de fevereiro de 2007. Subsequentemente, em 17 de fevereiro e 9 de maio de 2007, a 2ª e 3ª Unidades Geradoras iniciaram a operação comercial. O empreendimento possui as licenças e autorizações necessárias, seguindo as exigências requeridas pelos órgãos reguladores e ambientais.

c. Contrato de concessão

O Contrato de Concessão, assinado em 29 de maio de 2000, determina que a energia elétrica produzida no empreendimento seja utilizada ou comercializada pela Companhia, com vigor por prazo de 35 anos contados a partir dessa data. O contrato de concessão determina que seja pago, a título de Uso do Bem Público (UBP) (concessão onerosa), do 7º ao 35º ano de concessão, o valor anual original na data do contrato de R\$ 780, o qual atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) é de R\$ 2.880 em 31 de dezembro de 2018. Os valores vêm sendo pagos mensalmente, desde março de 2007.

d. Estrutura de financiamento

De acordo com o Contrato de Concessão, os acionistas da Companhia assumiram certas responsabilidades específicas. A Companhia financiou a implantação do empreendimento. O financiamento foi baseado em uma estrutura de garantias corporativas proporcionais durante a fase de construção, podendo tais garantias corporativas ser substituídas por recebíveis dos contratos de compra e venda de energia durante a fase de operação, cujas características incluem os seguintes itens:

- Recursos dos acionistas da Companhia.
- Financiamento no mercado local por meio de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O financiamento com o BID foi liquidado em 15 de dezembro de 2010 e com o BNDES em 07 de agosto de 2017.
- Emissão pública de debêntures.

e. Direitos de compra de energia

As vendas de energia são efetuadas para os acionistas da Companhia, de acordo com sua participação no capital social, ou a terceiros por eles indicados. O Acionista que determinar a venda a terceiros permanece responsável junto à Companhia pela adimplência das respectivas vendas.

Alteração da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH

Em decorrência de alteração da alíquota da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, efetuada através do Artigo 3º, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, na qual a alíquota foi alterada de 6,75% para 7%, a Companhia pleiteou junto à ANEEL que essa alteração fosse incorporada aos preços base dos contratos de compra e venda de energia.

A ANEEL, através do Despacho nº 674, de 27 de março de 2018 anuiu à apresentação dos aditivos contratuais das Empresas do Grupo CPFL de forma a incorporar nos preços base dos contratos de compra e venda de energia, firmados no ambiente de contratação regulada, a alteração da alíquota.

A ANEEL, através do Despacho nº 1.487, de 04 de julho de 2018, aprovou os preços que constam dos Termos Aditivos aos Contratos de Comercialização de Energia anteriores a 2003 - CCE2003. No entanto, a Companhia optou por, nesse momento, não cobrar e nem contabilizar os efeitos desse despacho no exercício de 2018. Considerando que esse é um direito da Companhia, o tema segue em análise pela Administração.

Com relação à possíveis penalidades decorrentes dessa postura adotada pela Companhia, nossos consultores jurídicos avaliam como remoto o risco.

f. Operação

Em virtude da concessão em que a Companhia é titular ter sido outorgada antes da vigência do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e pelo fato de ser uma produtora independente de energia elétrica, que comercializa energia elétrica por sua conta e risco e a preços não regulados, a Companhia não está sujeita às limitações de venda de energia entre partes relacionadas e à necessidade de realização de leilões de venda de energia. Portanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - "Contratos de Concessão".

g. Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2018, em função da liquidação antecipada dos empréstimos e financiamentos do BNDES ocorrida em 2017, captação de debêntures (nota explicativa nº 14), distribuição de reservas de lucros (nota explicativa nº 17), a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$176.944 (R\$108.170 em 31 de dezembro de 2017). Como demonstrado na demonstração de fluxo de caixa do exercício de 2018, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$271.484, dessa forma, conforme estimativas da Administração, essa situação será solucionada normalmente através da geração futura de caixa.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 07 de fevereiro de

2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas no item (d) desta nota explicativa.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas que estão a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Mudança das práticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1 de janeiro de 2018. Uma série de outras normas também entraram em vigor a partir de 1 janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

(i) CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 Receitas, o CPC 17 Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A partir da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a reconhecer as receitas de venda de energia considerando cinco passos: i) identificação do contrato com cliente; ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumpriu as obrigações de desempenho.

Essas alterações não resultaram em efeitos materiais no reconhecimento da receita de venda de energia, bem como, nas demonstrações financeiras.

(ii) CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

• *Classificação e mensuração -Ativos e passivos financeiros*

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a norma é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixas contratuais. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, apenas na classificação, conforme demonstrado abaixo:

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	47
Aplicações financeiras	VJR	VJR	48.648
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	109.226
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	68.835
Aplicações financeiras vinculadas	VJR	VJR	<u>6.177</u>
Total de ativos financeiros			<u><u>232.933</u></u>
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Debêntures	Outros passivos	Custo amortizado	650.962
Uso do Bem Público (UBP)	Outros passivos	Custo amortizado	26.637
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado	16.577
Dividendos	Outros passivos	Custo amortizado	<u>43.478</u>
Total de passivos financeiros			<u><u>737.654</u></u>

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial:*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente

significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o

ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhe um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. *Contas a receber de partes relacionadas*

As contas a receber de partes relacionadas correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Nos valores a receber não estão inclusos encargos ou efeitos inflacionários, somente o preço acordado pela energia vendida.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui perdas materiais sobre os recebíveis de clientes.

c. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

As taxas utilizadas para depreciação do ativo imobilizado estão de acordo com a Resolução Normativa no 674/15, emitida pela ANEEL, sendo aplicadas a partir de 1o de janeiro de 2015, limitadas ao prazo do contrato de concessão.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos (após a revisão da estimativa contábil)
Terrenos	23
Reservatórios, barragens e adutoras	23
Edificações, obras civis e benfeitorias	23
Máquinas e equipamentos	23
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

d. Intangível

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é a contraprestação de pagamentos para a União a título de uso do bem público - UBP. O registro desta obrigação teve como contrapartida a conta do ativo intangível. O prazo de amortização será do 7º ao 35º ano de concessão.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, todas as suas contas a receber são com partes relacionadas, que tem compromissos de não deixar

a Companhia sem recursos para pagar suas despesas operacionais e o serviço da dívida. Tais obrigações estão dispostas no Acordo de Acionistas.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas devem ser estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito devem ser mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas devem ser descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado deve ser deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro deve ser baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia deve adotar a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia deve fazer uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não deve esperar nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de

impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou nenhum indicador para ativos não financeiros com vida útil definida para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

f. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

g. Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

h. Uso do Bem Público (UBP)

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

i. Encargos setoriais

Estão contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e são apurados pelo regime de competência.

j. Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D

Em conformidade com a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

k. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1o, e regulamentada pela Lei no 7.990/1989, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito

Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. A Resolução ANEEL no 67, de 22 de fevereiro de 2001 determinou que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 6,75% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela ANEEL, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União. Em 17 de novembro de 2016, através da Lei 13.360, Artigo 3º, esse percentual foi alterado para 7%.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

m. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Power Purchase Agreement – PPA. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

o. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo e debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

p. Normas novas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

CPC 06 (R2) Arrendamentos

A referida norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia não espera impacto material na adoção dessa norma a partir de 1º de janeiro de 2019.

(ii) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Os efeitos das revisões das estimativas são reconhecidos prospectivamente.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

5 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos.

5.1 Fatores de risco

a. Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras, debêntures são valorizadas com base na variação do CDI, com encargos e juros calculados de acordo com as condições usuais praticadas.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa variável	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	66.519	48.695
Aplicações financeiras vinculadas (nota 9)	6.550	6.177
Depósitos judiciais (nota 16)	73.147	68.835
Debêntures (nota 14)	(520.583)	(650.962)
Uso do Bem Público	(28.674)	(26.637)

(ii) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras, debêntures e uso do bem público (UBP) sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2018 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Relatório Focus - Banco Central do Brasil) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2018. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável.

31 de dezembro de 2018						
	Exposição R\$	Risco	%	Provável	Possível (+/- 25%)	Remoto (+/- 50%)
Aplicações financeiras (nota 8)	66.501	Queda do CDI	6,50	4.323	3.242	2.161
Aplicações financeiras vinculadas (nota 9)	6.550	Queda do CDI	6,50	426	319	213
Debêntures (nota 14)	520.583	Alta do CDI	6,50	33.838	42.297	50.756
Uso do Bem Público – UBP	28.674	Alta do IGPM	4,17	1.196	1.495	1.794

(iii) **Risco de preço no fornecimento de energia**

A Companhia está exposta aos efeitos de oscilação de preços no fornecimento de energia em função de variáveis de mercado, tais como níveis de águas nos reservatórios, demanda por geração de termelétricas, sazonalização, dentre outros. Com isso, a Companhia pode recorrer ao mercado de energia de curto prazo para suprir as necessidades.

b. **Risco de crédito**

Conforme descrito na Nota 10, a Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	66.519	48.695
Contas a receber de partes relacionadas (nota 10)	120.609	109.226
Aplicações financeiras vinculadas (nota 9)	6.550	6.177
	<u>193.678</u>	<u>164.098</u>

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica, pois todos os seus clientes estão localizados no Brasil. Também não possui risco de crédito por tipo de contra parte, pois os principais clientes são acionistas. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

c. **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Debêntures (nota 14)	520.583	-	137.225	255.490	127.868	-
Fornecedores (nota 13)	11.975	11.975	-	-	-	-
Uso do Bem Público (UBP)	28.674	869	869	3.504	5.256	18.176
	<u>561.232</u>	<u>12.844</u>	<u>138.094</u>	<u>258.994</u>	<u>133.124</u>	<u>18.176</u>

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de

continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro 2018 e 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumarizados:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Total de debêntures (Nota 14)	520.583	650.962
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	<u>(66.519)</u>	<u>(48.695)</u>
Dívida líquida	<u>454.064</u>	<u>602.267</u>
Total do patrimônio líquido	<u>395.369</u>	<u>401.419</u>
Total do capital	<u><u>849.433</u></u>	<u><u>1.003.686</u></u>
Índice de alavancagem financeira - %	53	60

6 Instrumentos financeiros por categoria

O efeito da aplicação inicial do CPC 48 nos instrumentos financeiros da Companhia está descrito na Nota explicativa 2 (d).

a. Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Ativos financeiros mensurados a valor justo	Nota	31/12/2018		31/12/2017	
		Valor	Hierarquia	Valor	Hierarquia
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	8	66.501	Nível 2	48.648	Nível 2
Aplicações financeiras vinculadas	9	<u>6.550</u>	Nível 2	<u>6.177</u>	Nível 2
		<u><u>73.051</u></u>		<u><u>54.825</u></u>	

(*) Essas aplicações financeiras são classificadas como Valor Justo por Meio de Resultado – VJR, em virtude de sua taxa de remuneração ser baseada na variação do CDI, não há alterações significativas entre o valor apresentado e o seu valor justo.

Ativos financeiros não mensurados a valor justo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<u>Custo amortizado:</u>			
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos a vista	8	18	47
Contas a receber de partes relacionadas	10	120.609	109.226
Depósitos judiciais	16	73.147	68.835
		193.774	178.108
Passivos financeiros não mensurados a valor justo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<u>Custo amortizado:</u>			
Fornecedores	13	11.975	16.577
Debêntures	14	520.583	650.962
Dividendos	17c	133.427	43.478
Uso do bem público	-	28.674	26.637
		694.659	737.654

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

7 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou provisionados é avaliada periodicamente. Os saldos entre partes relacionadas representam um risco de crédito irrelevante e as instituições financeiras em que a Companhia realiza transações são de primeira linha.

8 Caixa e equivalente de caixa

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Caixa e depósitos bancários a vista	18	47
Aplicações financeiras	66.501	48.648
	<u>66.519</u>	<u>48.695</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são remuneradas a taxas que variam de 90% a 94% (90% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário CDIs em 31 de dezembro de 2017), prontamente resgatáveis sem mudança significativa de valor.

9 Aplicações financeiras vinculadas

Instituição financeira	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Banco do Brasil S.A. (i)	6.550	6.177

- (i) Refere-se a aplicação financeira em CDI exigida para termo aditivo de garantia nas operações Contrato de Constituição de Garantias (CCG)/Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS).

10 Transações com partes relacionadas

a. Contas a receber e receitas com partes relacionadas

A Companhia mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações e os seus fluxos de caixa. Essas transações estão apresentadas a seguir e foram realizadas em condições normais de mercado entre as partes para os respectivos tipos de operações.

	Contas a receber		Receita bruta pelo suprimento e fornecimento de energia	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Companhia Piratininga de Força e Luz	21.582	17.603	111.955	107.086
Votorantim Metais Zinco S.A.	28.540	26.193	163.744	26.193
CBA - Companhia Brasileira de Alumínio	26.526	24.330	152.190	254.793
CPFL - Comercialização Brasil S.A.	203	189	1.212	1.131
Companhia Estadual - CEEE - GT	7.581	7.289	41.743	40.213
Companhia Paulista de Força e Luz	36.177	33.590	209.411	201.536
Outros	-	32	-	-
	<u>120.609</u>	<u>109.226</u>	<u>680.255</u>	<u>630.952</u>

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia não apresenta atrasos e não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não há títulos provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2018 de acordo com as políticas da Companhia. Adicionalmente, o saldo contempla somente os valores a receber pela venda de energia elétrica, não considerando quaisquer acréscimos financeiros ou juros.

b. Remuneração da Administração

A Assembleia Geral Ordinária (AGO), que se realizou em 30 de abril de 2018 fixou a remuneração global da administração para o exercício de 2018 em até R\$ 311 (R\$303 em 31 de dezembro de 2017).

c. Compras de partes relacionadas

Em 1º de outubro de 2010 foi assinado contrato com a CSC Serviços Compartilhados S.A. para a execução de serviços financeiros, contábeis, gestão das condicionantes ambientais, da documentação, de compras, recursos humanos e de programa de pesquisa e desenvolvimento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou custos com as mencionadas prestações de serviços no montante de R\$ 3.283 (R\$ 3.566 em 31 de dezembro de 2017).

11 Despesas pagas antecipadamente

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Seguros	235	244
Fiança bancária	456	297
Repactuação do risco hidrológico (i)	17.940	29.899
Total	18.631	30.440
Parcela do circulante	12.483	12.500
Parcela do não circulante	6.148	17.940

(i) Repactuação do risco hidrológico

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e a Resolução Normativa Aneel nº 684 de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A repactuação do risco hidrológico da parcela referente no ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$ 9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Para a parcela risco hidrológico relativa ao ACL, o risco será mitigado pela compra de Energia de Reserva, com os direitos e obrigações associados a esta aquisição assumido pelos geradores hídricos. Neste caso o aporte de prêmio de risco ao preço foi de 10,50/MWh e receita da energia adquirida será na Conta de Energia de Reserva (CONER).

Os geradores que aderiram à repactuação devem cancelar processos judiciais em curso e quitar o passivo de “*Generation Scaling Factor*” (GSF) de maio a dezembro de 2015, e assim passar a ter direito ao ressarcimento do GSF de 2015 líquido do prêmio pactuado, reconhecendo este montante como uma despesa antecipada em contrapartida a uma redução no custo de energia elétrica. Em dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela adesão à repactuação de seus contratos do ACR e pela desistência de participação na ação judicial movida em conjunto com a APINE.

O registro de tais efeitos foi a constituição de uma despesa antecipada em contrapartida ao custo de energia elétrica comprada para revenda. O montante na data base de 31 de dezembro 2018 é

de R\$ 17.940, que será amortizado como custo de energia de forma linear no resultado entre janeiro 2016 e junho de 2020.

	Repactuação risco hidrológico	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Custo	53.819	53.819
Amortização acumulada	<u>(35.879)</u>	<u>(23.920)</u>
Saldo contábil líquido	<u>17.940</u>	<u>29.899</u>

12 Imobilizado

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro 2016	<u>6.208</u>	<u>632.857</u>	<u>83.924</u>	<u>330.329</u>	<u>111</u>	<u>165</u>	<u>286</u>	<u>1.053.880</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	1.236	1.236
Transferência para serviço	-	-	-	711	25	-	(736)	-
Depreciação	<u>(336)</u>	<u>(34.362)</u>	<u>(4.569)</u>	<u>(18.251)</u>	<u>(20)</u>	<u>(23)</u>	<u>-</u>	<u>(57.561)</u>
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro 2017	<u>5.872</u>	<u>598.495</u>	<u>79.355</u>	<u>312.789</u>	<u>116</u>	<u>142</u>	<u>786</u>	<u>997.555</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	431	431
Transferência para serviço	-	-	-	876	-	-	(876)	-
Reclassificação para o resultado	-	-	-	-	-	-	(19)	(19)
Depreciação	<u>(337)</u>	<u>(34.363)</u>	<u>(4.568)</u>	<u>(18.165)</u>	<u>(21)</u>	<u>(23)</u>	<u>-</u>	<u>(57.477)</u>
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018	<u>5.535</u>	<u>564.132</u>	<u>74.787</u>	<u>295.500</u>	<u>95</u>	<u>119</u>	<u>322</u>	<u>940.490</u>
Taxa de depreciação - % a.a.	4,5	4,5	4,5	4,5	14	11		
Em 31 de dezembro de 2018								
Custo	8.629	878.554	116.657	487.389	153	554	322	1.492.258
Depreciação acumulada	<u>(3.094)</u>	<u>(314.422)</u>	<u>(41.870)</u>	<u>(191.889)</u>	<u>(58)</u>	<u>(435)</u>	<u>-</u>	<u>(551.768)</u>
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018	<u>5.535</u>	<u>564.132</u>	<u>74.787</u>	<u>295.500</u>	<u>95</u>	<u>119</u>	<u>322</u>	<u>940.490</u>

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2018, a administração não identificou a existência de indicativos sobre a necessidade de constituição de provisão.

13 Fornecedores

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Encargos de uso da rede elétrica	5.504	5.438
Materiais e serviços a pagar	1.253	1.431
Compra de energia elétrica - CCEE	-	840
Compra de energia elétrica - outros fornecedores	5.218	8.868
	<hr/>	<hr/>
Total	11.975	16.577
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

14 Debêntures

Em 27 de setembro de 2017 foi efetuada a segunda emissão de debêntures, divididas em duas séries, no montante de R\$ 640.000, com as seguintes características:

- **1ª Série:** 384.000 debêntures, com valor nominal de R\$1, resultando em R\$ 384.000, com vencimento em 15 de setembro de 2020, com amortização anual, em três parcelas, com início em 15 de setembro de 2018.
- **2ª Série:** 256.000 debêntures, com valor nominal de R\$1, resultando em R\$ 256.000, com vencimento em 15 de setembro de 2022, com amortização anual, em duas parcelas, com início em 15 de setembro de 2021.

Para o cumprimento dessa obrigação a Companhia deu, ao Agente Fiduciário, os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes (i) dos contratos de compra e venda de energia elétrica celebrados pela Companhia, e (ii) de conta bancária de titularidade da Companhia, onde serão depositados os recursos decorrentes dos contratos de venda de energia.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

- Manter o Índice Financeiro (Dívida Financeira Líquida/ EBITDA), verificado semestralmente, menor ou igual a 3,0 vezes, a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017. Será caracterizado como vencimento antecipado o não atingimento por 2 (dois) períodos de apuração consecutivos, ou seja, não atingir os referidos índices em dois semestres consecutivos. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia atingiu os referidos índices.

	Encargos anuais	Vencimento	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
1ª Série	107,5% da taxa DI	Setembro de 2020	260.854	391.544
2ª Série	107,5% da taxa DI	Setembro de 2022	260.854	261.028
(-) Gastos com emissão			<u>(1.125)</u>	<u>(1.610)</u>
			<u>520.583</u>	<u>650.962</u>
Parcela do circulante			137.225	140.090
Parcela do não circulante			383.358	510.872

a. Movimentação

	Encargos Dívida	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>90</u>	<u>67.116</u>	<u>67.206</u>
Captação	426	640.000	640.426
Gastos com emissão	-	(1.730)	(1.730)
Juros Pagos	(5.683)	-	(5.683)
Amortização do Principal	-	(67.116)	(67.116)
Juros Incorporados a Dívida	<u>17.859</u>	<u>-</u>	<u>17.859</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>12.692</u>	<u>638.270</u>	<u>650.962</u>
Custos de captação incorporados ao resultado	-	487	487
Amortização do Principal	-	(128.000)	(128.000)
Juros Pagos	(44.000)	-	(44.000)
Juros Incorporados a Dívida	<u>41.134</u>	<u>-</u>	<u>41.134</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>9.826</u>	<u>510.757</u>	<u>520.583</u>

15 Impostos e contribuições a recolher

a. Imposto de renda e contribuição social

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Imposto de renda pessoa jurídica	60.689	59.680
Contribuição social sobre o lucro líquido	<u>20.586</u>	<u>17.116</u>
	<u>81.275</u>	<u>76.796</u>

b. Impostos a recolher

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
PIS a recolher	978	586
COFINS a recolher	4.520	2.715
ICMS a recolher	2.616	2.399
Outros impostos e contribuições a recolher	139	95
	<u>8.253</u>	<u>5.795</u>

16 Provisões para litígios

Referem-se a contingências fiscais e cíveis no montante de R\$ 78.381 (R\$ 74.831 em 31 de dezembro de 2017).

Do total provisionado em 31 de dezembro de 2018, R\$ 77.858 (R\$ 73.262 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao item (ii) a seguir, oriundo de contingências fiscais (ISS).

Havendo variação decorrente de atualização monetária, será efetuada nas mesmas bases da atualização dos respectivos depósitos judiciais dessas contingências.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Cíveis (i)	1.586	490
Fiscais (ii)	50.928	66.338
Fiscais (iii)	2.913	2.545
Fiscais (iv)	99.013	95.521
	<u>154.440</u>	<u>164.894</u>

(i) Referem-se, principalmente, a ações indenizatórias por conta de áreas supostamente atingidas pelo reservatório e ações por danos ambientais diversos, as quais a administração da Companhia e seus consultores legais entendem que a probabilidade de perda é possível.

(ii) Contingências fiscais - ISS

Nos meses de maio e junho de 2007, a ENERCAN foi fiscalizada por autoridades fazendárias das Prefeituras Municipais de Campos Novos e Celso Ramos. Ao final da fiscalização tais autoridades emitiram quatro autos de infração e quatro notificações fiscais, totalizando R\$ 59.142, incluindo multas e juros correspondentes ao ISSQN sobre a totalidade dos serviços contratados e pagos pela Companhia desde o ano de 2002, além de uma diferença do referido tributo sobre o valor global dos serviços prestados pelo CFCN - Consórcio Construtor Campos Novos. Não ocorreram novas fiscalizações ou autuações posteriores a 2007.

A alegação das autoridades fazendárias municipais está baseada na ausência de retenção e recolhimento de Imposto sobre Serviços (ISSQN). A Companhia, por meio dos seus assessores jurídicos, preparou e encaminhou defesa e impugnações no âmbito administrativo.

A Companhia foi requerida a constituir uma garantia financeira para a execução fiscal ajuizada pelo Município de Celso Ramos, a qual estava representada por títulos públicos federais. Em decorrência de decisão judicial, em 7 de junho de 2013 foram resgatados e transformados em depósito judicial, no montante de R\$ 22.760. Em 20 de dezembro de 2013, por decisão da justiça, o depósito judicial foi liberado e substituído por seguro garantia.

Em março de 2011, a Companhia efetuou depósito judicial no valor de R\$ 42.838 por conta da ação do ISS ajuizada pelo Município de Campos Novos, cujo valor atualizado, em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 73.147 (R\$ 68.835 em 31 de dezembro de 2017).

Do valor total atualizado das contingências de ISS - R\$ 126.987, os assessores jurídicos da Companhia (advogados externos) avaliaram que o montante de R\$ 50.928 (R\$ 66.338 mesmo valor em 31 de dezembro de 2017) apresenta risco de perda possível e o valor de R\$ 77.858, atualizado em 31 de dezembro de 2018, (R\$ 73.262 em 31 de dezembro de 2017) possui risco de perda provável o qual foi provisionado. O contrato celebrado com o Consórcio Construtor da Usina de Campos Novos, estabelecido na cláusula 16.3 a responsabilidade do Consórcio Construtor por quaisquer processos, ações e reivindicações que vierem a ser constituídos contra a Companhia cuja responsabilidade seja do Consórcio Construtor, a administração, conservadoramente, por não ter certeza da recuperabilidade desses valores, nesse momento, decidiu não contabilizar valor equivalente como contas a receber.

- (iii) Contingências fiscais - Imposto Territorial Rural (ITR)
Refere-se a lançamento de ITR realizado sobre imóvel situado no Parque Estadual Rio Canoas e área do reservatório, que a Companhia está questionando através de defesa administrativa.
- (iv) Contingências fiscais - Base de cálculo do PIS e da COFINS
Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 17 de janeiro de 2013 e recebido na Companhia em 28 de janeiro de 2013, em decorrência de a Companhia estar calculando o PIS e a COFINS sobre seus contratos assinados antes de outubro de 2003 pelo regime da cumulatividade, pois não houve alteração do preço predeterminado. A Receita Federal do Brasil entende que, como já houve reajuste, esses contratos passaram a ser enquadrados no regime da não cumulatividade. A Companhia, através de seus assessores jurídicos, em 26 de fevereiro de 2013 protocolou impugnação ao auto de infração. Em 27 de agosto de 2013 a Receita Federal do Brasil intimou a Companhia julgando improcedente a impugnação apresentada. Em 24 de setembro de 2013, através de seus assessores jurídicos a Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Em 27 de janeiro de 2016 o CARF deu provimento ao recurso da Fazenda para manter integralmente cobrança em questão. A Companhia interpôs embargos de declaração, que não tiveram provimento. Em 10 de maio de 2016 novo embargo de declaração foi interposto, tendo o CARF votado pela sua inadmissibilidade. A Companhia, através dos seus consultores jurídicos ajuizou ação anulatória de débito fiscal.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é apresentado por ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, como segue:

Acionistas	31/12/2018			31/12/2017		
	Quantidade de ações	Valor	% capital	Quantidade de ações	Valor	% capital
CPFL Geração de Energia S.A.	97.831	97.831	48,72303	97.831	97.831	48,72303
Companhia Brasileira de Alumínio (a)	-	-	-	47.750	47.750	23,78156
CBA Energia Participações S. A. (a)	47.750	47.750	23,78156	-	-	-
Pollarix S.A.	42.128	42.128	20,98131	42.128	42.128	20,98131
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia	13.078	13.078	6,51410	13.078	13.078	6,51410
	<u>200.787</u>	<u>200.787</u>	<u>100</u>	<u>200.787</u>	<u>200.787</u>	<u>100</u>

- (a) A CBA - Companhia Brasileira de Alumínio transferiu sua participação acionária para CBA Energia Participações S.A.

b. Reservas de lucros

Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Com a redução do capital social, ocorrida no exercício de 2017, a reserva legal foi reduzida para R\$ 40.157, para se adequar ao limite de 20% do capital social. O limite de 20% de reserva legal foi atingido em 2017 e não houve constituição de reserva.

Retenção

A reserva de retenção de lucros é formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais.

Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 19 de junho de 2018, deliberou-se pela distribuição de lucros de exercícios anteriores no montante de R\$ 160.475, conforme disponibilidade de caixa da Companhia. Desse montante, foi efetuado o pagamento aos acionistas no valor de R\$ 56.522 em 06 de junho de 2018 e R\$ 22.000 em 20 de dezembro de 2018. O saldo remanescente, de R\$ 81.953 foi reclassificado para o passivo circulante, para distribuição futura, em decorrência de suficiência de caixa.

c. Dividendos

Aos acionistas será assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	205.899	173.912
Constituição da reserva legal (5%)	<u>-</u>	<u>-</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>205.899</u>	<u>173.912</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>51.475</u>	<u>43.478</u>

A seguir a movimentação dos dividendos:

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>43.478</u>
Distribuição de reservas de lucros	160.475
Pagamento dividendos mínimos obrigatórios	(43.478)
Pagamento distribuição de reservas de lucros	(78.522)
Dividendos mínimos propostos de 2018	<u>51.475</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>133.428</u>

d. Dividendos adicionais propostos

A Companhia encaminhou para aprovação do Conselho de Administração e posteriormente para deliberação da Assembleia Geral Ordinária, a proposta de pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2018, no valor de R\$123.046.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento

legal, não aprovado em Assembleia Geral ou pelo órgão competente, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada “Dividendos adicionais propostos”, até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO.

18 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas líquidas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receita com partes relacionadas (nota 10)	680.255	630.952
Receita com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	6.433	448
Impostos sobre vendas	<u>(86.758)</u>	<u>(43.059)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>599.930</u></u>	<u><u>588.341</u></u>

19 Custo dos serviços de energia elétrica

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(17.157)	(14.221)
Energia elétrica comprada para revenda	(93.225)	(134.734)
Encargos de uso da rede elétrica	(58.097)	(63.794)
Depreciação (Nota 12)	(57.477)	(57.561)
Amortização	(26)	(189)
Amortização - UBP	(576)	(576)
Crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado	4.788	2.219
Taxa de fiscalização	(2.254)	(2.249)
Pesquisa e desenvolvimento	<u>(5.896)</u>	<u>(5.661)</u>
	<u><u>(229.920)</u></u>	<u><u>(276.766)</u></u>

20 Resultado financeiro e cambial, líquido

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.489	31.322
Atualização depósitos judiciais	4.165	9.837
Outras receitas financeiras	639	1
	<u>9.293</u>	<u>41.160</u>
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos	-	(9.717)
Juros de debêntures	(41.134)	(17.846)
Uso do Bem Público (UBP)	(4.908)	(1.669)
Atualização provisões para contingências	(4.596)	(1.613)
Outros	(2.137)	(1.005)
	<u>(52.775)</u>	<u>(31.850)</u>
Variação cambial		
Ativa	-	1.711
Passiva	-	(997)
	<u>-</u>	<u>714</u>
Variação cambial líquida	-	714
Resultado financeiro líquido	<u>(43.482)</u>	<u>10.024</u>

21 Imposto de renda e contribuição social

A seguir, reconciliação dos tributos e contribuições sociais no resultado do exercício:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	306.249	261.008
Alíquota fiscal combinada - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>(104.124)</u>	<u>(88.743)</u>
Adições	927	(19.887)
Doações	2.490	2.180
Provisão litígios	-	(533)
Provisão ISS	(1.563)	(21.534)
Exclusões	1.284	7.851
Reversão de Provisão	355	7.851
Lei do Bem	905	-
Adicional	24	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(101.913)	(100.779)
Imposto de renda e contribuição social - diferido (a)	<u>1.563</u>	<u>13.683</u>
Efeito dos impostos no resultado	<u>(100.350)</u>	<u>(87.096)</u>
Alíquota efetiva - %	<u>33</u>	<u>34</u>

- (a) O imposto de renda e contribuição social diferidos se referem ao crédito tributário diferido sobre a provisão para contingência fiscal (nota 16).